

## MOVIMENTO ESTUDANTIL E A QUESTÃO TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE ENQUADRAMENTO CULTURAL E OPORTUNIDADES POLÍTICAS

MARCELO DE OLIVEIRA DUTRA

*Universidade Federal de Pelotas - [marceloodutra7@gmail.com](mailto:marceloodutra7@gmail.com)*

*Orientador: Prof. William Daldegan - [william.daldegan@gmail.com](mailto:william.daldegan@gmail.com)*

*Co-orientadora: Prof. Monika Dowbor- [mdowbor@gmail.com](mailto:mdowbor@gmail.com)*

### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo analisa como o movimento estudantil brasileiro, aqui representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), de acordo com seu grau de relevância político e engajamento no conjunto das lutas dos movimentos sociais, têm abordado e mobilizado a temática da justiça fiscal em suas pautas políticas. A questão principal é: qual é a importância da tributação nas batalhas por políticas sociais e cidadania? Iniciamos a reflexão a partir da observação de um paradoxo presente na Constituição de 1988, que promoveu a expansão de políticas e direitos sociais, mas não provocou uma transformação significativa no caráter injusto do sistema tributário, que assegurasse maiores receitas ao Estado brasileiro. Portanto, o objetivo é entender de que forma o movimento percebe as oportunidades políticas e formula enquadramentos acerca da justiça tributária, vimos em TILLY (2004) que oportunidades políticas representam aspectos constantes no cenário político, as quais influenciam as previsões de êxito ou insucesso dos grupos coletivos, criando motivos para a mobilização ao moldar a maneira como os movimentos se relacionam com os poderes públicos. Já os enquadramentos culturais são citados por GOFFMAN (1974) como modelos de compreensão que ajudam as pessoas a encontrar, entender, reconhecer e nomear eventos e vivências. Já em SNOW e BENFORD (1988) os apontam como esquemas de interpretação coletivamente aceitos que representam e resumem o ambiente externo, visando estimular e direcionar a ação conjunta.

A parte disso, transfere-se a discussão sobre tributação e arrecadação de um plano técnico-econômico para um espaço de disputa política. A pesquisa traz contribuições para um campo que é pouco abordado pela literatura de movimentos sociais, ao evidenciar estratégias coletivas de promoção da democratização frente às injustiças fiscais.

### 1. METODOLOGIA

De acordo com suas expressões e visibilidade dentro do contexto político dos movimentos sociais, foram escolhidas duas organizações: União Nacional dos Estudantes (UNE) e Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG). Em seguida, no site de cada uma dessas organizações, foi submetido o protocolo na plataforma “Google” com as seguintes palavras-chave: “tributação”, “tributária”, “taxação”, “imposto”, “fiscal”, “juros” e “grandes fortunas”. Esse protocolo define a coleta de publicações relacionadas a

mobilizações sobre políticas tributárias e o registro de informações importantes para a pesquisa, como data, autor e tipo de documento. Os conteúdos foram analisados e classificados em dois grupos: documentos relevantes, que abordam a posição do movimento, e menos relevantes, onde mencionam a questão tributária de forma periférica. Dessa forma, pode-se perceber em quais contextos de oportunidades políticas as organizações atuam, bem como os enquadramentos culturais utilizados para projetarem suas reivindicações e mobilização dos seus apoiadores.

Os materiais foram posteriormente submetidos a um procedimento de análise a partir do software “DNA” (Discourse Network Analyzer), onde através da codificação dos documentos, averigou-se como as organizações tratam a origem e o destino dos tributos, considerando que “OT” é origem e “DT” destino. A origem a contribuição versa sobre de onde será retirado o recurso e o destino aponta onde o mesmo será aplicado.

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a temática fiscal aparece na pauta do movimento, especialmente em períodos de crise política e contenção de gastos públicos (como ocorrido em 2015), principalmente na área da educação, quando a luta por verbas governamentais se acirra. Essas situações atuam como oportunidades para apresentar demandas por equidade tributária. Ao passo que a discussão em torno de reformas tributárias também gera um engajamento do movimento, como o caso da Reforma Tributária proposta pelo Ministério da Fazenda em 2023 a qual configura uma janela favorável de conjuntura, gerando uma mobilização acerca desta pauta.

Em relação aos enfoques, o movimento ressalta a injustiça inerente do sistema fiscal, apontando como origem da tributação a taxação progressiva, como o imposto sobre grandes fortunas, lucros e dividendos e combate à sonegação tributária, trazendo como destinação desses tributos o investimento em políticas públicas de educação, como desenvolvimento da ciência e tecnologia, assistência estudantil, políticas de geração de emprego e redução da desigualdade.

Assim, a discussão sobre impostos não é considerada um objetivo isolado, mas sim parte de uma visão mais abrangente para diminuir as desigualdades e reforçar as políticas sociais.

## 3. CONCLUSÕES

Este trabalho traz uma contribuição original ao situar a discussão sobre impostos dentro de um contexto de conflitos políticos, expandindo a análise do movimento de estudantes além das perspectivas técnico-econômicas convencionais. Ao incorporar as ideias de oportunidades políticas, segundo TILLY (2004), e enquadramentos culturais, de acordo com GOFFMAN (1974) e SNOW e BENFORD (1988), a investigação busca entender de que maneira as organizações estudantis criam significados coletivos e desenvolvem suas táticas de mobilização em relação à justiça fiscal. Essa perspectiva possibilita examinar o papel do movimento estudantil como um agente que interpreta, articula e orienta demandas sociais complexas, ligando políticas públicas,

direitos sociais e práticas cidadãs. A inovação deste estudo está exatamente na conexão entre a teoria dos movimentos sociais e a análise das questões tributárias, preenchendo uma lacuna na literatura brasileira ao explorar como assuntos fiscais são integrados nas estratégias de democratização e mobilização conjunta.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEIFELD, Philip. **Discourse Network Analysis**. In: VICTOR, J. N. et al. (Eds.), The Oxford Handbook of Political Networks. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 301-325

DIANI, Mario. Social movements and social capital: a network perspective on movement outcomes. **Mobilization: An International Quarterly**, San Diego, v. 5, n. 2, p. 143–158, 2000.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 26, p. 611–639, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper & Row, 1974.

TILLY, Charles. **Social movements, 1768–2004**. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, **Frame Resonance, and Participant Mobilization**. International Social Movement Research, v. 1, p. 197-217, 1988.